

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PARECER N.º /2021.

PROJETO DE LEI N.º 58/2021.

OBJETO: **Dispõe sobre a essencialidade dos serviços e estabelecimentos relacionados à prática de atividades físicas, esportes e afins como forma de prevenção e tratamento para impactos em saúde física e mental durante a pandemia da Covid-19, no âmbito do Município de Unaí, e dá outras providências.**

AUTOR:. **VEREADOR PROFESSOR DIEGO.**

RELATORA: **VEREADORA ANDRÉA MACHADO**

1 - Relatório

Trata-se do Projeto de Lei n.º 58/2021, de autoria do Vereador Professor Diego, que dispõe sobre a essencialidade dos serviços e estabelecimentos relacionados à prática de atividades físicas, esportes e afins como forma de prevenção e tratamento para impactos em saúde física e mental durante a pandemia da Covid-19, no âmbito do Município de Unaí, e dá outras providências.

Recebido o Projeto, sob comento, foi distribuído à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos a fim de exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

A Presidente desta Comissão autodesignou-se para relatora da matéria e emitir parecer, por força do r. despacho.

2 – Fundamentação

A Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no art. 102, I, “a”, “g” e “i”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa é competente para apreciação da matéria constante do Projeto de Lei nº 21/2021, senão vejamos:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

2 (...)

g) admissibilidade de proposições;

(...)

i) técnica legislativa de todas as proposições do processo legislativo;

O Município detém plena competência para legislar a respeito do objeto em tela, nos termos dos seguintes dispositivos da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de **interesse local**;

A Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe que compete ao Governador do Estado a iniciativa de lei quanto à organização dos órgãos da administração pública:

Art. 66 – São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

(...)

III – do Governador do Estado:

(...)

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;

Art. 90 – Compete privativamente ao Governador do Estado:

(...)

V – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
(...)

XIV – dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;

A Lei Orgânica Municipal desta cidade reproduz o que a Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe, conforme se descreve a seguir:

Art. 96. É competência privativa do Prefeito:

(...)

V - iniciar o processo legislativo, nos termos e casos previstos nesta Lei Orgânica;
(...)

XIV - dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;

A Lei Orgânica Municipal dispõe em seu artigo 17, inciso I, acerca da competência privativa do Município em legislar sobre assuntos de interesse local.

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

*X - a política administrativa de interesse local, especialmente em matéria de **saúde e higiene públicas**, construção, trânsito e tráfego, plantas e animais nocivos e logradouros públicos;*

*XIII - concessão e permissão dos serviços de utilidade pública e autorização de **atividades de interesse coletivo**;*

*XXI - ordenamento das atividades urbanas e fixação de condições e horários para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e **de serviços**, observadas as legislações federal e estadual pertinentes à matéria;*

*XXII - **licenciamento de atividades e estabelecimentos** que exijam condições de ordem, segurança, higiene e moralidade e cassação dos que violem normas de bons costumes, sossego público e saúde;*

Diante da importância da regulamentação das atividades essenciais neste Município, neste cenário de Pandemia de Covid 19, uma vez que a saúde é garantida pela Constituição como direito essencial, dê-se por apreciada a matéria para que a mesma possa o mais rápido possível passar para a fase seguinte e definitiva de apreciação Plenária desde que sejam aprovadas as Emendas apresentadas.

As Emendas n.ºs 1 e 2 buscam padronizar a legislação municipal que trata de atividade essencial em tempo de calamidade, espelhando-se na recém sancionada Lei n.º 3 381, de 10 de junho de 2021.

A Emenda n.º 3 tem fundamento na Lei complementar n.º 45, de 2003, em seu artigo 9º diz que a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. Destarte, não há mais previsão para revogação genérica, mas só e tão somente com a devida enumeração a que se refere o *caput* do artigo 9º e far-se-á por meio de incisos ou desdobramentos subsequentes quando se tratar de mais de uma lei ou dispositivo a serem revogados. (Parágrafo incluído pela Lei Complementar n.º 52, de 26 de abril de 2005)

3 - Conclusão:

Em face do exposto, vota-se pela aprovação do Projeto de Lei n.º 58/2021 desde que conste das Emendas 1, 2 e 3 apresentadas.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 22 de junho de 2021.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO
Relatora

EMENDA N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 58/2021

Dê-se à Ementa e ao artigo 1º do Projeto de Lei n.º 58/2021 a seguinte redação:

“Reconhece como essenciais à saúde da população de Unai os estabelecimentos que se dedicam à prática de atividades que discrimina, durante tempo de epidemia, pandemia ou catástrofes naturais.”

Art. 1º Ficam reconhecidos como essenciais à saúde da população de Unai os seguintes estabelecimentos que se dedicam à prática de atividades físicas e esportivas, durante tempo de epidemia, pandemia ou catástrofes naturais.

I – academias de musculação, dança, ginástica, artes marciais, hidroginástica, natação e afins; e

II – onde se praticam atividades esportivas reconhecidas.”

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 22 de junho de 2021.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO
Relatora

EMENDA N.º 2 AO PROJETO DE LEI N.º 58/2021

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei n.º 58/2021, dispositivo com a seguinte redação:

“Para a aplicação desta Lei devem ser observadas as recomendações expedidas pelo Ministério da Saúde do Brasil.”

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 22 de junho de 2021.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO
Relatora

EMENDA N.º 3 AO AO PROJETO DE LEI N.º 58/2021

Suprima-se a expressão “*revogadas as disposições em contrário*” do artigo 2º do Projeto de Lei n.º 58 /2021

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 22 de junho de 2021.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO
Relatora